

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA “CORA CORALINA”
CURSO DE GEOGRAFIA**

Gizela Dias da Silva

**A CIDADE DE GOIÁS E AS RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS PERCEBIDAS
NO ESPAÇO PÚBLICO**

Orientador: Profº Dr. Marcelo de Mello

**GOIÁS-GO
2009**

GIZELA DIAS DA SILVA

**A CIDADE DE GOIÁS E AS RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS PERCEBIDAS
NO ESPAÇO PÚBLICO**

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Goiás (UEG) / Unidade Universitária “Cora Coralina” (UnUCC), como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof^o Dr. Marcelo de Mello

**GOIÁS-GO
2009**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

(Criada pela Lei n.º 13.456 de 16 de abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 abril de 1999)

UNIDADE UNIVERSITÁRIA CORA CORALINA

Endereço: Rua Dr. Deusdeth Ferreira de Moura s/n – Centro – Cidade de Goiás

Telefone Fax: (062) 3936-2160 – (062) 3936-2161 e-mail: sec.goiias@ueg.br

Coordenação do Curso de Geografia

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aos 03 dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, na Unidade Universitária Cora Coralina/UEG-Goiás, o(a) acadêmico(a) **GIZELA DIAS DA SILVA** proferiu a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **A CIDADE DE GOIÁS E AS RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS PERCEBIDAS NO ESPAÇO PÚBLICO APROVADO(A)** para a obtenção do Título de Licenciado(a) em **GEOGRAFIA**.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Mello – UnUCC/UEG (Orientador)

Prof. Ms. Marcelo Jerônimo Rodrigues de Araújo – UnUCC/UEG (Convidado)

Prof. Dr. Elson Rodrigues Holanda – (Convidado)

O que constrói o espaço público é a obediência à lei e as seus limites. Do ponto de vista simbólico, poderíamos dizer que esse espaço é composto pelo espetáculo da tensão entre a diferença e a possibilidade de coabitação. Ele é assim a condição fundamental de expressão da individualidade dentro de um universo forçosamente plural. Ele depende diretamente, pois, da afirmação permanente do contrato social que o funda.

(Paulo Cesar da Costa Gomes)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a principio a paciência que todos tiveram ao perceber o quanto trabalhoso se tornou o presente trabalho.

Agradeço a minha família em especial minha mãe Elcy Maria Arrais da Silva, mulher de coragem que me incentivou e me ajudou quando mais precisei.

Agradeço aos funcionários da Unidade Cora Coralina que ajudaram em minha formação.

Agradeço aos mestres que contribuíram para que eu pudesse me tornar no futuro um profissional competente.

Agradeço em especial ao mestre e amigo professor Marcelo de Melo, pela paciência, compreensão, atenção e as palavras de amizade e também por insistir em entender minhas idéias.

Agradeço aos colegas que fizeram parte da trajetória de minha formação acadêmica.

Agradeço aos meus amigos em especial cinco deles que quando precisei não mediram esforços para me ajudar, são eles Vania Maria Marques, Tatianne Gomes de Sousa, Luiz dos Santos Neia, Wender da Silva Silvestre e Jefferson Xavier.

Agradeço a Deus por ter me proporcionado força e sabedoria para continuar.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma especial fizeram parte de todo esse processo, mesmo que sem saber se tornou importante para o desenvolvimento do presente trabalho e também em minha vida pessoal.

RESUMO

O presente trabalho abordou a questão do espaço público. Buscamos entender a origem de sua manifestação, desde seu surgimento até as especificidades presentes em seu processo de produção. Centramos foco, também, na relação existente entre o espaço público e as organizações urbanas, tratadas como um complexo de relações que colocam em sobreposição formas materiais e imateriais. Assim, os espaços públicos se tornaram um lugar de revolução para a definição do homem moderno, deixando de lado as definições que faziam valer a interpretação divina dos fatos, no período que antecedeu a consolidação do capitalismo. Os espaços públicos surgem como a (des)conexão desse aspecto, o que caracteriza o homem como ser universal, e centro do mundo. Partindo dessa perspectiva, os espaços públicos da cidade de Goiás foram investigados a partir das opiniões dos moradores de dois bairros, registradas por meio de um questionário aplicado. O estudo apresentado busca demonstrar a realidade da cidade de Goiás e as atribuições feitas pelos moradores aos espaços públicos, além do desenvolvimento socioeconômico e urbano da cidade por meio de atividades turísticas, que deixam o centro como referencial demonstrativo para a população que circunda a cidade.

Palavras-Chave: Espaços públicos. Cidadania. Cidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto1: Vista do Rio Vermelho.....	24
Foto 2: Vista parcial do centro da cidade de Goiás.....	25
Foto 3: Vista do relevo que circunda a cidade.....	26
Foto 4: Vista da Praça Largo do Chafariz.....	27
Foto 5: Praça da Liberdade com a construção do coreto (hoje conhecida como praça do coreto).....	28
Foto 6: Praça Dr. Tarso de Camargo (coreto construído em 1973 pelo prefeito Lincoln Caiado de Castro).....	29
Gráfico 1: Significado dos espaços públicos para os moradores do centro da cidade de Goiás.....	33
Gráfico 2: Significado dos espaços públicos para os moradores do bairro João Francisco da cidade de Goiás.....	33
Gráfico 3: Espaços públicos usados pelos moradores dos bairros João Francisco e centro histórico da cidade de Goiás.....	35
Gráfico 4: Bairro João Francisco: os espaços públicos são realmente públicos.....	36
Gráfico 5: Centro histórico: os espaços públicos são realmente públicos.....	36
Quadro 1: Características dadas pelos moradores do bairro João Francisco aos espaços públicos.....	37
Quadro 2: Características dadas pelos moradores do centro histórico aos espaços públicos.....	37
Quadro 3: Espaços Públicos – atendem as necessidades da população e utilização.....	38
Quadro 4: Espaços Públicos – atendem as necessidades da população e utilização – uma perspectiva dos moradores do bairro João Francisco.....	38
Quadro 5: Os principais problemas dos espaços públicos – na visão dos moradores do bairro João Francisco.....	39
Quadro 6: Os principais problemas dos espaços públicos – na visão dos moradores do centro histórico da cidade de Goiás.....	39
Quadro 7: Os espaços públicos mais utilizados pelos moradores do bairro João Francisco.....	40
Quadro 8: Os espaços públicos mais utilizados pelos moradores do centro histórico da cidade de Goiás.....	40

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	08
1 A CIDADE E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS METAMORFOSES EPACIAIS.....	10
1.1 A VILA BOA E A URBANIZAÇÃO DE GOIÁS.....	12
1.2 A QUESTAO DA CIDADANIA E A VIDA NO ESPAÇO URBANO.....	14
2 CIDADE E ESPAÇO: DEFININDO AS ORGANIZAÇÕES RELACIONADAS AOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	19
2.1 CIDADE DE GOIÁS: DELIMITANDO SUA ELABORAÇÃO, E PERCEBENDO SUA MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA.....	23
2.2 GOIÁS E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	27
3 DENOMINAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E SENTIDO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS....	30
3.1 GOIÁS E AS DEFINIÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	32
3.2 CIDADE DE GOIÁS E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS DENOMINADOS POR SUA POPULAÇÃO.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE.....	44
APÊNDICE A – Entrevista com os moradores dos bairros João Francisco e Centro Histórico da cidade de Goiás.	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O discurso da modernidade enfatiza a necessidade de uma ordem na produção do espaço. A modernidade impõe uma racionalidade na gestão das estruturas que sustentarão a relação do homem com o meio.

Na produção e reprodução dos elementos que organizam o espaço encontramos um lugar especial: a cidade. Esse espaço se tornou especial no combate à “ignorância” que marcou a vida do homem durante a Idade Média.

Gomes (2006), afirma que o Estado moderno entra em vigor com novos recursos de linguagem, em seus discursos de poder, ou seja, liberdade e igualdade, o que valoriza sua presença em todo território, aspectos que predominavam uma constante centralidade dos direitos, que não garantia uma administração uniforme.

Os procedimentos de construção do Estado moderno circulam em meio a grandes áreas de conflitos, que favorecem uma constante reafirmação do poder, caracterizando formas de direitos e deveres relativos ao homem.

Todo esse processo é marcado por discursos em torno da constituição de uma democracia moderna, que, segundo Gomes (2006), não garante a igualdade dos direitos, sendo uma democracia burguesa não apresentando um compromisso com a igualdade social.

O Estado tido como uma instituição política teria o dever de proporcionar aos seus cidadãos condições mínimas de sobrevivência, para que a cidade – esse lugar privilegiado – pudesse oferecer condições de igualdade aos cidadãos.

O poder representado pelo Estado proporciona um discurso de liberdade e igualdade que estabelece as definições dos espaços públicos, que se manifestam a partir do desenvolvimento de atividades, que se liga a suas dimensões físicas, originando as formas de uso desse espaço.

O desenvolvimento do capital cria um discurso que o torna administrador das informações que circundam as negociações de todos os gêneros. Estas definem divisões sociais, produzindo os espaços públicos e demonstrando as diferentes expectativas que se reúnem em mesmo lugar: a cidade, que se torna um lugar de organização política. As transformações relacionadas a esse processo caracterizam o movimento do homem com o mundo.

Os espaços públicos são tidos como lugares de trocas matérias antes de qualquer coisa, pois as atividades executadas nele se manifestam em diferentes escalas, que podem ser

julgadas como públicas, numa dimensão economicamente determinada pelas formas de uso desses espaços.

A cidade é um espaço criado para e a partir das relações humanas, que são desenvolvidas e dão movimento ao seu processo de modernização¹ do território urbano, definindo sua paisagem e caracterizando seu incremento para novos olhares e usos.

A cidade de Goiás, que tem suas origens na urbanização mineradora, possui características urbanas coloniais, dando início a um planejamento desordenado, que se adapta a paisagem urbana que se fez de acordo com seu sítio urbano, que logo adiante se constrói a partir das características urbanas portuguesas – suas ruas e edificações seguem o relevo do terreno, processo esse que se deu pelo fato da cidade se construir como um povoamento ligado à mineração, que se transforma de acordo com a extração do mineral.

Nesse contexto, o presente trabalho buscou investigar a realidade dos vilaboenses com relação às manifestações nos espaços públicos da cidade. A opinião dos moradores dos bairros João Francisco e o centro histórico revelam suas interpretações e envolvimento com o uso desses espaços.

Buscamos compreender esse processo extremamente dinâmico que marca a realidade dos moradores desses dois bairros, que teve sua lógica organizadora modificada nos processos urbanísticos que caracterizam sua estrutura física hoje.

Para a realização da pesquisa, aplicamos questionários em residências e nos espaços públicos, bem como em alguns estabelecimentos comerciais situados no bairro João Francisco, que atende as necessidades comerciais de grande parte da população da cidade de Goiás.

Encerrando, os espaços públicos são espaços de manifestações próprias que proporcionam uma dinâmica entre as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, tornando-o o lugar de impor uma existencialidade própria e contraditória.

¹ Modernização é um conceito que provém de uma visão ocidental e eurocêntrica segundo o qual as sociedades seguem um padrão evolutivo, através da industrialização, urbanização e outras mudanças sociais. É como um novo código de valorização que é feito pelas mais diversas esferas da vida social e possui uma dinâmica espaço-temporal muito complexa para ser objeto de uma precisa localização, e é dentro do espectro deste processo de reconfiguração dos valores sociais que a ciência ocupa um destacado papel por ser um discurso fundamental do novo código de valores da modernidade.

1 A CIDADE E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS METAMORFOSES EPACIAIS.

A cidade é um espaço criado para e a partir das relações humanas desenvolvidas no decorrer do processo de produção de um território. Podemos afirmar que a paisagem urbana é definida a partir dos usos e olhares que a envolvem. Os sistemas criados para possibilitar o “funcionamento” das cidades ressaltam mecanismos estabelecidos pelos seus moradores para a realização das atividades necessárias aos processos de reprodução das relações urbanas. Segundo Souza (1997), os sistemas transformam a cidade em um elemento constituinte de uma rede utilizável, sendo que os cidadãos se tornam uma espécie de consumidores – pois vivem em uma sociedade que estimula o consumo – o que deixa o elevado grau de complexidade existente no modo de vida urbano existente hoje.

Esse cenário é caracterizado por uma busca por inovações que dêem agilidade ao funcionamento da cidade. A rede de informação é um exemplo desse processo, sendo estabelecida através de dinâmicas que criam à formalidade das relações sociais e comerciais. Podemos acrescentar a rede de informações a de transporte, a infra-estrutura etc.

Segundo Araújo (2008), perceber a cidade a partir de sua espacialidade proporciona uma interpretação dos fenômenos urbanos, que dão ênfase a elementos que variam de acordo com sua escala de estudo, podendo estes elementos serem percebidos a partir dos movimentos culturais e sociais, que dão vida as relações travadas entre o cidade e a cidadão.

Nessa relação, percebemos alguns elementos indicadores de dificuldades enfrentadas por um grande número de cidadãos perante a estrutura urbana formada a partir de uma série de demandas. Não é incorreto afirmar que a cidadania foi relegada a um segundo plano diante das necessidades de “funcionamento” das cidades. Na realidade, o cidadão se tornou – no interior do processo de complexificação das relações urbanas – um elemento que alimenta a cidade no curso de seu crescimento.

Carlos (2004) afirma que no plano do conhecimento há a necessidade de se pensar elementos para uma transformação radical da sociedade para a formação de um conceito consistente de cidadão com o intuito de traçar um caminho concreto sobre o direito a cidade, possibilitando a capacidade de resolver conflitos sociais vinculados a questões étnicas, religiosas, entre outras. O fato é que esses elementos são partes integrantes do sistema organizado das relações entre os indivíduos e esse sistema causa a desvalorização da

existência dos cidadãos frente à ação de certos agentes hegemônicos que estabelecem as prioridades no processo de reprodução da realidade urbana:

A crítica radical deve ser capaz de revelar, em sua profundidade, o movimento contraditório da realidade, onde o direito a cidade, apareceria como conteúdo da realização da realidade da cidadania, orientando o movimento que vai da cidadania real à cidadania possível. (CARLOS, 2004, p. 138)

Devemos considerar que as relações estabelecidas dentro do espaço urbano são percebidas a partir das ações manifestadas no mesmo, que materializam seu território originando as paisagens urbanas – na maioria das vezes se relacionam com as manifestações políticas, culturais, sociais e econômicas. A paisagem possibilita um entendimento do processo de constituição dos lugares das cidades, considerando que o cotidiano das relações espaciais está intimamente ligado à construção da percepção; ou seja, essas definições são produzidas a partir de experiências que acontecem em determinado lugar formando imagens e conceitos, associando a repetição como se ocorresse um *déjà vu*². A transformação na paisagem urbana cria essa sensação e adaptação às novas relações a serem representadas nos espaços.

Esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não a cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.). (LEFEBVRE, 2001, p. 143).

Araújo (2008), ao relacionar esses conceitos de Lefebvre, destaca que a cidade está além da “concentração de pessoas e objetos, formas e arranjos, traçados e funções”; analisando-a, também, a partir da concretização das relações sociais, do cotidiano de diversos. O convívio nas relações urbanas são mais articuladas e mais complexas, pois estão associadas com questões que estão além dos movimentos de compra e venda, sendo um espaço onde circulam um contingente maior de informações que dão origem as funcionalidades da cidade. Ainda para Borja apud Araújo (2008, p.20)

A cidade é, “antes de tudo, um espaço público, um lugar aberto com significados para onde confluem todo tipo de fluxos”. É o espaço para a vida coletiva, construída

² De acordo com o dicionário Aurélio Aquilo que dá a impressão de já ter sido visto ou presenciado; Ilusão epiléptica (q. v.) durante a qual o indivíduo interpreta mal objetos que, entretanto, vê bem e que passam a ter, para ele, características anormalmente familiares.

ao longo do tempo, onde se dá o encontro de diferentes grupos, estilos de vida, pensamentos, ideologias, culturas, religiões, consumos, gêneros, classes sociais e etnias.

As histórias das cidades apresentam uma diversidade que impressiona pelo rico acervo de acontecimentos que inspiraram suas criações. No caso do Brasil temos uma oposição entre realidades litorâneas e sertanejas que já há um tempo tem oferecido explicação para a composição da rede urbana brasileira. A seguir vamos tratar de uma realidade urbana formada no Centro-Oeste do país.

1.1 A VILA BOA E A URBANIZAÇÃO DE GOIÁS

Ao buscarmos situar uma cidade como a de Goiás no interior desse contexto, vamos perceber que sua origem está vinculada a atividades econômicas, de cunho político-territorial, efetivado no período colonial, a partir da terceira década do século XVIII. Como é de domínio público, a antiga Vila Boa foi erguida depois da descoberta de fontes auríferas. As minas descobertas no interior do país levaram os paulistas a invadirem o sertão goiano e a estabelecer uma economia baseada no ouro a partir das descobertas feitas pelas bandeiras³. Segundo Palacin (1976, p.18):

Descobrimto definitivo, pois percorrido regularmente durante mais de um século pelas bandeiras, descritos seus caminhos nos roteiros, representando em São Paulo e nas demais capitânias pelos índios cativos de suas tribos, mal se pode dizer que antes do Anhanguera⁴ Goiás fosse desconhecido.

Estando economicamente ligada a mineração, a cidade de Goiás tem a história de suas produção vinculada à extração de metais preciosos. A preocupação com as forma da cidade, com seu traçado urbanístico não era um dos pontos centrais de suas preocupações dos urbanizadores da época, o que ocasionava certo despreço com as necessidades de sobrevivência da população que vieram se instalar na região. Outro aspecto importante está

³ Expedições que adentraram o sertão goiano com intuítos diversos como o lucro para a coroa portuguesa e riquezas pessoais, além da catequização dos nativos que existiam na região.

⁴ Entre 1682 e 1684, uma Bandeira Paulista chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera atravessou e vagou por um vasto território, a procura de tesouros, seu interesse persistia pela grande quantidade de rios existentes nessa porção de cerrado, essa bandeira encontrou alguns vestígios de ouro nos córregos de calha, hoje denominado rio vermelho, mais a quase 40 (quarenta) anos depois que seu filho também Bartolomeu retorna ao sertão para redescobrir as fontes auríferas, por empresa particular sua e seus sócios; registros esses que deram origem aos arraiais inclusive o Arraia de Sant'Ana hoje cidade de Goiás. (informação encontrada no dossiê da cidade, 1999, em **As origens da cidade.**)

relacionado à política coronelísticas, que consolidou características próprias na intensa disputa que ultrapassava os limites de desenvolvimento da cidade, o mecanismo de manipulação dos espaços, obrigava a população a respeitar transformações em seu cotidiano, sendo que muitas dessas transformações passam despercebidas.

Os elementos de poder que controlavam as relações que deram à cidade características de uma existência concreta se deram a partir de práticas que evidenciavam preocupações com acumulação técnica, que definiam limites para seu uso. Para Carlos (2004), esse processo de acumulação se generaliza criando novas formas e usos de espaços, tornando-o produto do processo de urbanização e gerando um novo efeito na reprodução das funções e das novas possibilidades de realizar a acumulação e sua lógica.

Abordando essa questão, Cavalcanti (2005) destaca como “a paisagem revela não só as relações de produção da sociedade, a estrutura da sociedade, mas, também, revela o imaginário social, as crenças, os valores, os sentidos das pessoas que a constrói”. A paisagem torna-se um lugar de definições, auxiliando na compreensão e no aprendizado das relações estabelecidas nos diferentes lugares, gerando confrontos de idéias e dando aos conceitos outros sentidos que diversificam as novas informações, nas quais o espaço confirma sua relevância diante das regiões de conflito no desenvolvimento das sociedades.

Desta forma, a formação do cidadão e do entendimento do que vem a ser cidadania não podem se restringir às percepções de sujeitos situados no exterior dos processos definidores de uma dada realidade. A cidadania só pode existir por meio de um processo de participação direta do cidadão. Segundo Santos (1998, p. 07), “a cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura.” Devendo funcionar como um incremento desse dinamismo.

Gomes afirma que (2006, p.139) “a cidadania não é assim simplesmente uma representação dos indivíduos dentro do Estado nacional, mas, sem duvida, um fenômeno muito mais complexo que incide no quadro da dinâmica territorial cotidiana da sociedade.” A política concentra-se nos fenômenos regionais, limita seu campo de influência na distribuição de renda, ou melhor, cria um espaço de definições que se relaciona com a organização espacial.

As políticas podem tornar os cidadãos vítimas de agressões econômicas e financeiras. Esse aspecto revela as formalidades que significam um pacto entre valores, normas e critérios comuns. Os indivíduos que pretendem alcançar o status de cidadão devem promover uma racionalidade coletiva, que pertença a uma determinada comunidade

provocando a sensação de bons resultados intensificando um processo de interação entre ambos.

A cidadania pode, então, ser analisada como um “instrumento” de socialização e categorização dos movimentos sociais e desigualdades espaciais. Podemos perceber que sua posição nas relações torna possível o alargamento de um discurso produzido para o acréscimo das relações do homem com o espaço, transformando a sua qualidade de cidadão, a partir de seus direitos civis, políticos, e sociais. Ou seja, os direitos e os deveres passam a ser elaborados e constituídos, dando origem a emancipações que organizam territorialmente as relações que são estabelecidas em uma mesma sociedade. No entanto, é importante esclarecer que os cidadãos são responsáveis pela estruturação das cidades e, portanto, são eles que promovem as diversas imagens que a cidade assume. É isso que veremos no próximo tópico.

1.2 A QUESTÃO DA CIDADANIA E A VIDA NO ESPAÇO URBANO

A noção de cidadania remete à formação dos direitos civis, políticos e sociais, caracterizando uma situação de inclusão e de pertencimento dos cidadãos à uma realidade política. Embora exista o direito formal de se organizar, de expressar livremente suas opiniões e interesses, de participar das decisões políticas, a história da cidade é marcada pela ausência de condições favoráveis para estimular tal participação. Assim, temos o comprometimento das manifestações vinculadas a uma cidadania plena caracterizada por uma intensa participação popular.

A cidade é considerada uma das obras mais complexas e dinâmicas presentes no espaço produzido. Ela promove importantes eventos geradores de relações sujeitas as transformações de acordo com as interpretações dos fenômenos urbanos.

Segundo Gomes (2006, p. 15), “(...) a cidade é também, sem dúvida, um fenômeno de origem político-espacial, e a manifestação desse caráter revela sua dinâmica territorial”. O território possui uma infinidade de abordagens sobre questões que determinam o controle físico ou simbólico de determinada área. É necessário revelar suas diferenças e a diversidade para compreendermos os diversos sentidos que estabelecem valores diferenciados a indivíduos e lugares específicos.

Essas diferenças criam novos cenários e atores no interior dos espaços públicos, afetando as relações entre o poder público e os grupos organizados, o que dá uma classificação simultânea em determinada área. Estas características comprovam a complexidade da participação desses grupos que instauram fenômenos territoriais envolvidos

por ações políticas em espaços que se diferenciam e revelam os interesses do Estado. O território é a área onde conflitos se manifestam. Ele dá forma a uma complexa rede de relações que envolvem diferentes grupos sociais, cada qual com seus interesses particulares e estratégias específicas.

O que se percebe ao analisar a organização do poder é a necessidade de discorrer sobre as diferentes noções de território em períodos distintos, pois este contexto é marcado por diferentes estratégias para controle e disciplinarização do espaço. Uma vasta discussão atravessa os séculos e apresenta o território como extensão física do espaço, dando-lhe fortes características que colaboram com as adaptações relativas às relações de poder, tornando-o um centro de controle e subversão que dá a idéia de apropriação de valores diferenciados redefinidores das formas de controle.

O território está atrelado às dimensões afetivas de cada grupo, que se responsabiliza pela articulação do poder, pois sua relação é acima de tudo realizada em conformidade para a conquista do “bem comum”, identificando alguns pontos de conflito, pois ao mesmo tempo em que suas relações causam inclusão elas também excluem, dando fortes argumentos para os elementos que articulam as disputas territoriais, este fato é o produto dos anseios e as expectativas diferentes que se juntam em uma cidade.

Para compreender as realidades específicas geradas no interior desse movimento é necessário diagnosticar as relações estabelecidas em cada lugar. Ao compor um discurso sobre as condições de desenvolvimento das relações que transformam as cidades é preciso que haja um diálogo com o seu processo de formação no decorrer do tempo, tendo em vista que sua construção é elaborada a partir do pensamento romano que, segundo Gomes (2006), tratava de uma distinção, um estatuto próprio adquirido por certo adensamento populacional, sendo assim uma constituição caracterizada pelo poder, poder, este, associado a extensão física, um território sobre o qual ela se organiza.

A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações espaciais (e, por isso, a - espaciais?) de produção. Ela representa, o contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produções gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais. (SOJA, 1997, p.99)

A exclusão é a negação da cidadania que projeta um sentido de perda do lugar conquistado na responsabilidade pública e social. Podemos destacar a discriminação quando há diferença, que coloca parte expressiva da população à margem dos direitos e garantias contidas nas leis reguladoras da sociedade no território. Como consequência, temos a não

participação em manifestações culturais fundamentais na conformação dos contornos materiais, políticos, relacionais e subjetivos.

Araújo (2008, p. 21) ressalta que “(...), transformando o espaço urbano num espaço desigual e segregado, bem como negando a função da cidade enquanto espaço público e, conseqüentemente, de cidadania” a cidade se torna um espaço de desigualdades severas. A cidade é tida como um conjunto complexo que está além dos usos e das trocas de bens torna-se constante a intervenção do processo de globalização em sua estrutura que causa um acelerado processo de segregação acentuando as desigualdades de ordem socioeconômica e socioespaciais, pois o espaço urbano hoje se reproduz como mercadoria o que deixa o cidadão como mero usuário desses espaços.

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do uso do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana separando os lugares da vida, enquanto elementos autônomos. Neste sentido a existência da propriedade privada do solo urbano vai revelando uma função econômica com realização continuada do valor; uma função jurídica que a realiza enquanto direito garantido pela constituição federal que torna inquestionável sua existência e uma função social: neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza a desigualdade que esta na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS, 2004, p. 141)

Essa transformação no espaço das cidades altera seu movimento, o que afeta as expectativas em torno da conquista de melhores condições de sobrevivência. A cidade com suas desigualdades sociais têm seu território dividido entre grupos: esse processo concretiza uma divisão territorial do trabalho, que revela uma face instável nas relações expressas no espaço urbano.

As manifestações impactam a construção do pensamento e cria imagens surreais dos procedimentos existentes entre as atividades humanas, visto que a existência do uso público delimita ao valor de troca; ou seja, são estabelecidas novas formas de usos e novos espaços de usos, que, segundo Carlos (2004, p. 141), são denominados “espaços semi-públicos vigiados” – espaços que simbolizam a nova categoria dos espaços públicos, uma forma muito comum em metrópoles, expressão segurança, comodidade, etc. – os shoppings centers são exemplos mais comuns desse universo paralelo.

Esse se define como símbolo da descentralização das atividades terciárias, uma vez que sua intenção se concentra em atender a população que possui maiores condições, o que os liga diretamente a distribuição de renda, pois sua função além de favorecer o entretenimento e a segurança dos clientes, torna-se o lugar dos encontros, o que deixa os

espaços públicos tradicionais (praças, parques, etc.) de lado pela falta de segurança em praticar certas atividades. Por isso, estes lugares ganharam um espaço de suma importância na vida cotidiana das metrópoles, uma adaptação dos sistemas que declara que as cidades estão sempre em constante movimento, já que não são homogêneas em sua essência e estrutura.

Souza (2003) aborda este novo contexto econômico-social a partir da produção de subcentros, que dão um valor comercial aos espaços de uso, pois é nesse determinado local que se fixa o comércio mais requintado, mais refinado, que busca a atenção da população de poder aquisitivo elevado. As finalidades desses novos “costumes” (buscar o conforto dos shoppings como ponto de encontro, por apresentar certa segurança) estão vinculadas a uma estratégia de usos do solo urbano, visto que os subcentros apresentam características socioeconômicas da população que ele vem a servir.

Por outro lado, os espaços mais populares estão sendo envolvidos por esse processo, por meio da construção de centros comerciais – shopping –, onde se concentra uma população de baixa renda.

Há subcentros de alto status, de médio status e, até, subcentros populares, na periferia metropolitana. No caso das cidades de um país como o Brasil, os próprios shoppings centers, inicialmente associados a uma imagem de “exclusividade” e sofisticação, tendem a se adaptar, à medida que se multiplicam no tecido urbano, às condições socioeconômicas dos contextos imediatos nos quais se inserem; surge, assim, a figura do “shopping popular”, voltado para o atendimento de uma classe média “suburbana” ou até periférica. (SOUZA, 2003, p. 66)

As formas espaciais na cidade se modificam de acordo com as distintas demandas apresentadas pela sociedade. Seu crescimento horizontal revela a necessidade de oferecimento de bens e serviços à população, aumentando, da mesma forma, o consumo do espaço para a acomodação dos novos sentidos exigidos “da cidade”. Esse processo da origem ao desenvolvimento direcionado para as áreas periféricas da cidade indicando o incremento no uso do solo urbano. Esse é explicado, assim, a partir das palavras de Lima e Marcelo (2005) a “área central não suporta mais a carga de obrigações que lhe são impostas por falta ou na maioria das vezes pelo encarecimento do espaço, que torna inviável economicamente à manutenção ou instalação de atividades econômicas no centro”.

É de suma importância perceber que a criação desses subcentros ocorre por motivos que colocam a centralização em condições desfavoráveis por não apresentar uma forma espacial que possa suportar as condições de busca de serviços, esse processo é denominado de descentralização. Sendo que o centro e o subcentros apresentam, em tese, as

mesmas funções mais, em graus diferentes de disponibilidade, que acompanha o crescimento da cidade, dependendo da busca pelos serviços e bens da qual a população necessitam.

2 CIDADE E ESPAÇO: DEFININDO AS ORGANIZAÇÕES RELACIONADAS AOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A cidade é percebida a partir de traços e de um grande emaranhado de forma que promovem ligações entre os objetos existentes no espaço urbano, dando características próprias a sua estrutura física. Esta característica citadina estabelece um contínuo processo marcado pela intencionalidade em sua construção, envolvendo aspectos complexos que produzem, em seu interior, condições que podem ser percebidas por meio de fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Pode-se dizer que a cidade é produto dos anseios e das expectativas de diferentes segmentos que se organizam em um mesmo ambiente; aprofundando sua ocupação a partir das experiências desenvolvidas no território. Este se diversifica através do uso feito por seus habitantes. Gomes (2006) discorre sobre uma perspectiva territorial que define algumas idéias sobre a intenção que divide e define a utilização dos espaços; divisão e definição essas que na maioria das vezes ocorrem em um mesmo lugar,

Para ser válido afirmar que haverá no espaço tantas divisões observáveis quantas forem as diferenciações internas vividas de forma significativa e estável no interior de um grupo social, sejam elas organizadas por etnia, sexo, idade, função ou qualquer outro elemento. Um caso pode ser ilustrativo disto que dissemos, entre muitos outros, é-nos descrito por Lévi-Strauss em seu estudo sobre os indígenas bororós. A forma de suas aldeias é circular, as casas familiares se dispõem na extremidade do círculo, e diante delas estende-se um terreno aberto, com um centro abrigando a casa comunal, correspondente à habitação dos homens solteiros. (GOMES, 2006, p. 66)

O autor discute as formas de poder e como o traçado que caracteriza um espaço revela o uso do solo, que se manifesta de acordo com a particularidade de cada grupo, afirmando a existência dos primeiros vestígios que deram sentido e lógica as representações na estrutura espacial das sociedades, cada uma delas configurada de acordo com os instrumentos que manipulavam sua cotidianidade.

Gomes (2006) ainda escreve sobre a criação das novas redes que determinam o uso do solo e das novas cidades. Estas inovações se dão a partir de um crescimento demográfico gerando novas atividades (novas profissões surgem e o comércio se desenvolve) ao longo das vias de acesso que interligam as cidades antigas com os novos centros urbanos: busca-se um controle das cidades. Nessa obra, o autor destaca que o desejo de um ordenamento já se fazia presente na Renascença.

Esta época é levemente marcada pelas transformações urbanas que definiam as novas cidades, que possuíam um traçado já planejado. Este plano possuía um traçado retangular e geométrico, formas essas que seguiam o desenho do tecido urbano.

Em relação à morfologia, as ruas são estreitas, sinuosas e escuras, de vez em quando um pequeno alargamento é mantido no lugar de um poço, de uma fonte ou de uma cruz. As pequenas praças são resultados do cruzamento de uma ou mais ruas e têm traçados irregulares. (GOMES, 2006, p. 73)

Já as cidades medievais surgiram da união de vários núcleos rodeados por muralhas que serviam como marco divisório dos grupos sociais, tendo em vista que estas descrições referem-se ao período da Idade Média⁵.

As iniciativas de construção do uso dos espaços públicos dessa época são demonstradas a partir de uma organização espacial e se condiciona aos comportamentos dos personagens que dão vida ao cotidiano desses espaços. Para Carlos (2005, p. 39), “(...) percebemos o movimento “escondido” na forma. Dependendo da hora do dia, ou da semana, a observação de um determinado lugar vai mostrar um determinado momento do cotidiano da vida das pessoas que aí moram, (...)”; Ou seja, a cidade ganhava vida durante o dia, com o movimento das pessoas que circulavam nas ruas e o comércio se variava nas lojas, mas as condições de circulação ficavam a desejar, pois as condições higiênicas eram precárias, fora o barulho e os doentes que andavam entre os pedestres.

Apesar da utilização dessas vias, o espaço público de algumas cidades medievais se torna uma categoria problemática, pois as áreas comuns – ruas e praças – não correspondem efetivamente a um espaço público, sendo apenas características da morfologia.

A formação e definição desta categoria no espaço estão além das atividades e dos comportamentos que são praticados nesses lugares, então cabe reforçar o caráter coletivo desse espaço.

Segundo Gomes (2006, p. 78):

Nelas não se observam na maior parte dos casos um comportamento público. Além disso, a ausência de uma esfera social propriamente pública deveria ser um elemento suficiente para nos resguardarmos em relação ao emprego indiscriminado dessa noção de espaço público. Preferimos nos juntar a Isaac Joseph e conceber esse tipo de espaço comum como um espaço coletivo que se opõe, dessa forma, aos espaços exclusivos das casas e das instituições da época, o que corresponde a dizer que tampouco utilizaremos a categoria de espaço privado para descrevê-los.

⁵ Período que se caracteriza pela economia ruralizada, pela supremacia da Igreja Católica e também pelo sistema feudal na Europa Medieval.

Aqui pode-se perceber que este tipo de espaço se produz como um agenciador que fragmenta o solo, sendo concebido a partir da junção de vários locais, que caracterizam o espaço da diferença. É a partir das questões abordadas até agora que serão descritas algumas das transformações nas formas de utilizar os determinados espaços públicos.

O fato a ser destacado é que as cidades podem ser percebidas a partir de suas realidades, mas uma característica importante que nos ajudará a definir o sentido e a lógica de seu uso é a intencionalidade produtora de suas formas, e a distribuição de algumas construções importantes em seu território, que se relacionam com a paisagem, pois é a partir dela que se produz a história dos fatos que se distribuem em seu interior.

A paisagem urbana é a expressão da “ordem” e do “caos”, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato. O aspecto fenomênico coloca-se como elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, enquanto representação de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento do seu processo de desenvolvimento. Conseqüentemente, essa forma apresenta-se-à como histórica, especificamente determinada, logo concreta. (CARLOS, 2005, p. 36)

Nessa perspectiva, analisando alguns aspectos relacionados à paisagem e a forma de distribuição das cidades, analisaremos as influências que deram uma nova característica a sua constituição. O que deixa de lado o isolamento na prática de atividades que se manifestam em espaços comuns; estes, por sua vez, serão tomados como espaços públicos e não mais de espaços coletivos.

A cidade acaba por materializar elementos que revelam os interesses e as intenções dos que se apoderam do sítio urbano por meio de construções que seguem a formação morfológica e cartográfica. O espaço urbano desenvolve, de maneira complexa, um discurso justificador legitimando a utilização e distribuição de elementos materiais e simbólicos fazendo surgir um sentimento valorativo da participação pública na reprodução dos espaços.

Uma parte da história que pode esclarecer este novo modelo é o Renascimento, que, segundo Mello (2009), demonstra a autonomia do homem que passa a governar seu destino, deixando de lado uma obediência que se devia ao período teocêntrico. A cidade torna-se o berço desse acontecimento para consolidar esse novo homem, dando características próprias ao espaço através de algumas formas geométricas que se diferenciam de acordo com a idéia do arquiteto que a constrói.

Esse processo orientou as transformações produzindo uma “nova Europa”, pois é quando o homem se desprende dos laços implantados pelo poder do clero, em nome de Deus,

que ele se torna centro do mundo. A partir de então suas conquistas são discutidas nas praças e os espaços ganham um novo sentido, se redefinindo como espaços públicos.

Para superar os ditames sobrenaturais impostos pela Igreja, o mundo passou a ser naturalizado a partir de uma nova socialização, viabilizada pela vida nas cidades, que, a “todo” instante, recebiam notícias de viajantes que desafiavam e domesticavam o desconhecido. A produção de um mundo em que o sobrenatural era naturalizado permitiu o confronto e o questionamento a respeito de sua natureza. (MELLO, 2009, p. 127)

Mello (2009) relata a construção de uma ponte em Paris que possibilita o entendimento dos sentidos atribuídos ao espaço público. Devemos ressaltar que as novas relações presentes no espaço são vinculadas a consolidação de um novo homem que se tornou centro do mundo.

A ponte citada pelo autor é denominada Pont Neuf. Ela se tornou o primeiro espaço construído com a intenção de se estabelecer um novo espaço público na cidade de Paris, pois sua nova forma transformou a antiga composição espacial, o que proporcionou uma nova configuração territorial. Nos espaços públicos as pessoas fizeram de pontes mais do que uma simples passarela: essa ponte se tornou o lugar do encontro para se observar a paisagem, para conversar sobre as novidades trazidas pelos “heróis” que desbravavam o desconhecido em outros continentes. Este espaço surgiu como símbolo do verdadeiro espaço público moderno, marcando assim a liberdade do homem em pensar e tirar suas conclusões sobre as histórias contadas sem estarem conectados ao sobrenatural, ou seja, os mandos e desmandos da Igreja.

O Renascimento europeu recontextualizou as relações e tornou os relatos dos heróis-viajantes uma inspiração para o desenvolvimento urbano do continente, que se refletiu em todas as colônias dominadas pelo velho continente.

A Europa foi, então, sendo redesenhada e urbanizada a partir do descobrimento de outros mundos, que, por sua vez, foram também modificados no contexto deste mesmo movimento. O velho continente europeu foi redescoberto e reinventado no decorrer do processo de expansão marítima e comercial em que era protagonista, ao mesmo tempo em que as colônias se tornavam novos territórios incorporados, que tinham elementos a serem classificados e um modelo a ser seguido. (MELLO, 2009, p. 129)

Para os europeus o mundo deveria ser reinventado a sua forma e semelhança, materializando-se nas formas urbanas das colônias dominadas por eles. Tal materialização representava a dominação e a imposição de uma nova cultura por sobre os povos nativos. Esta, por sua vez, eliminava todas as tradições expressadas pelos nativos da região explorada.

Tal característica exploratória corresponde aos interesses da coroa: a demanda por novos territórios e a expansão da visão-de-mundo eurocêntrica pelo mundo. Surgiram vilas que não buscavam densidade demográfica, mas entre a riqueza das terras desconhecidas a mais representativa era a reprodução do cotidiano das cidades européias.

Tendo em vista essa nova distribuição nos espaços dominados, e as evoluções até agora descritas, percebe-se que elas demonstram uma nova categorização da urbanização no mundo. Cabe, neste momento, fazer um salto na história e retomar a identificação de tal influência no Brasil, fazendo um breve relato sobre sua forma de exploração e sua iniciativa em dominar seu vasto território.

Desse modo, é válido ressaltar que a exploração do país se deu pela região litorânea, uma plataforma geograficamente estratégica, que trouxesse certa rapidez em explorar suas riquezas que saltavam aos olhos de seus exploradores. As paisagens brasileiras ressaltavam as possibilidades desse.

Mas a intenção de dominar essas terras marcadas pela vastidão, tornou necessária a imposição de interiorizar as propriedades da coroa, o que daria margem para a outra prática exploratória, a mineração. Diante disso, surgem as primeiras expedições guiadas pela procura dessas riquezas.

É esse o contexto que marca o processo de produção do espaço urbano da Vila Boa. Em um momento anterior, fizemos algumas considerações a respeito dos sentidos e das razões da criação dos espaços urbanos com o a atual capital do Estado de Goiás. A partir de agora, iremos detalhar os caminhos e as intenções formadoras esse produto urbano.

2.1 CIDADE DE GOIÁS: DELIMITANDO SUA ELABORAÇÃO, E PERCEBENDO SUA MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA.

O fator motivador do primeiro movimento urbanizador do Brasil Central foi à busca por metais preciosos como o ouro. Esse povoamento teve, então, uma preocupação específica que destacou o arraial de Sant'Ana, hoje cidade de Goiás.

Suas origens são marcadas pela “urbanização mineradora”, na qual sua paisagem se caracterizou pela adaptação ao relevo do terreno. Foi isso que definiu o processo que deu forma o traçado das ruas, largos e muralhas, bem como definiu a posição de alguns edifícios importantes, como das principais igrejas da cidade.

Essa característica urbanística e arquitetônica se espelha na arquitetura portuguesa, pois a construção de igrejas e conventos são características do urbanismo colonial.

Esses edifícios religiosos eram acompanhados pela criação de cemiterios ou praças que se justificava como o entorno desse lugar, assim como uma malha de ruas de acesso que também se desenvolvia a sua volta, organizando o espaço urbano.

A Cidade de Goiás nasceu em 1736 como Arraial de Sant'Ana, graças à ocupação dos bandeirantes em busca de ouro de aluvião nas margens do Rio Vermelho. Recebe orientações, através da Carta Régia, para que seja instalada ali a nova capital do país. A Carta definia em termos gerais, o traçado das ruas, forma de ocupação das praças (largos), além do perfil das vias. As orientações representavam uma reprodução as tradições medievais portuguesas de edificação e desenho urbano. (GODINHO, 2007, p. 05)

Como é o caso da Praça Dr. Tarso de Camargo, conhecida popularmente como praça do coreto, ela se localiza em frente a Igreja Matriz Catedral de Santana, e o Museu da Igreja da Boa Morte, possuindo varias ruas de acesso tornando o local de facil acesso a população que vivencia esses espaços.

Mas como a cidade de Goiás foi constituída por razão extremamente instrumental, ela se “desenvolveu” sem uma ampla reflexão, mesmo quando o povoado se tornou a vila capital do Estado. Capital que começou a ser definida pelas margens do Rio Vermelho que corta a cidade, o Arraial de Sant'Anna, que tem suas origens em 1726, quando ocorreu a busca pelo ouro na região.

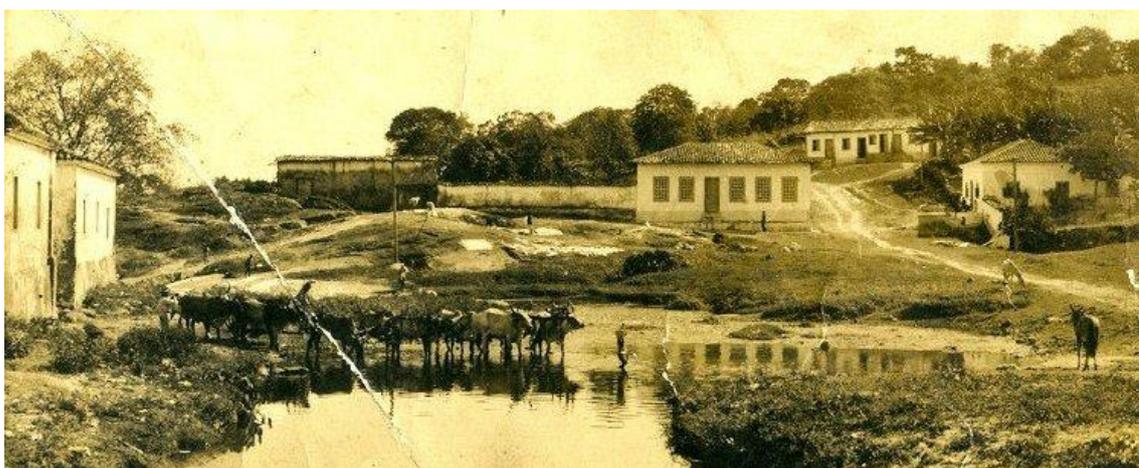


Foto1: Vista do Rio Vermelho, Cidade de Goiás em 1934.

Fonte: [http:// www.ovilaboense.blogspot.com](http://www.ovilaboense.blogspot.com) : acesso em 18/10/2009

Nele se deu a formação de um povoamento sem um planejamento definido por uma ordem cartesiana, como fica claro na foto abaixo.

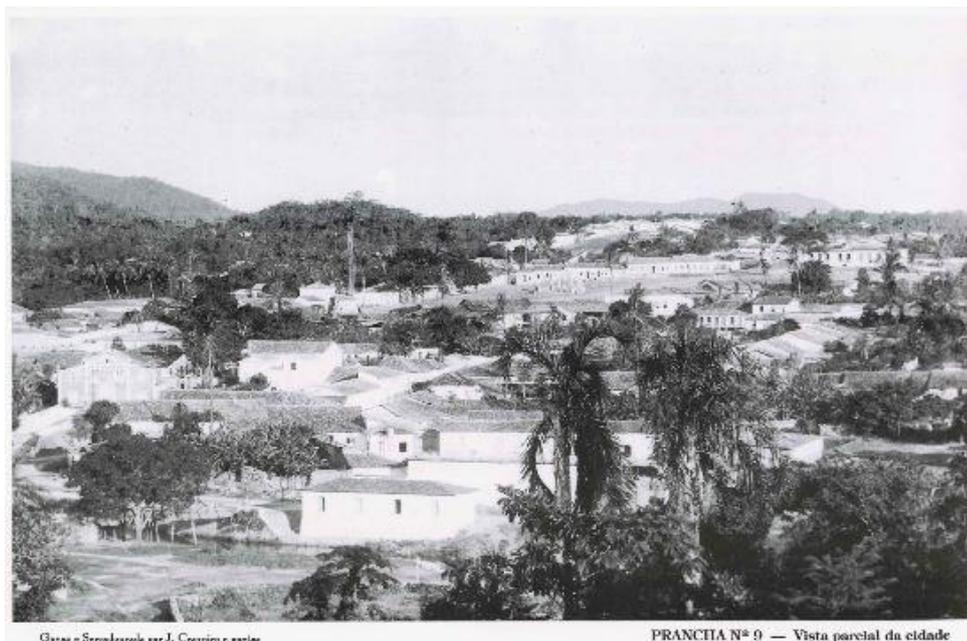


Foto 2: Cidade de Goiás, vista parcial do centro da cidade de Goiás.

Fonte: <http://www.vilaboadegoias.com.br> : acesso em 28/10/2009

Como é demonstrado por Palacín e Moraes (2008, p. 23) “onde aparece ouro, ali surgiu um povoado; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a população definha ou desaparece.” Temos nessa passagem a expressão da dinâmica migratoria pautada na mineração. No estado de Goiás o desaparecimento do ouro em escala comercial faz surgir uma sociedade rural. O processo que caracterizou a “decadência” no crescimento urbano da cidade, a partir queda do ouro, foi outro fato importante para a o entendimento da história da cidade. Cidade que na primeira metade do século XX viu surgir discursos condenatórios que comprometeram sua condição de capital do Estado:

A cidade de Goiás estava situada em uma bacia de terreno acidentado, cercada por montes que comprometiam a ventilação e a visão dos horizontes. A região escolhida foi a cidade de campinas devido a proximidade com a estrada de ferro e da região sudeste, era uma área de maior integração e com os horizontes vastos para sediar uma capital. (SILVA, 2008, p. 34)



Goiás e São Paulo por J. Correia e outros

PRANCHA Nº 8 — Largo do Chufariz — vista parcial

Foto 3: Cidade de Goiás, vista do relevo que circunda a cidade.

Fonte: [http:// www.vilaboadegoias.com.br](http://www.vilaboadegoias.com.br) : acesso em 28/10/2009

Pedro Ludovicuo, então interventor do Estado de Goiás, representou essa ruptura. Se num primeiro momento o ouro se torna escasso e temos o surgimento de uma economia rural dedicada a subsistencia, num segundo momento parte do estado de Goiás passa por um processo de modernização da economia. O fato é que a sociedade rural surgida no pós-mineração se instalou ao redor da Vila Boa. Se contrapondo a essa ordem, temos o processo de modernização implementado mais ao sul do Estado.

Temos então um cenário contraditório: o processo modernizador das atividades econômicas ocorria ao sul do Estado, enquanto as deliberações políticas-normativas se concentrava na velha sede da economia aurífera. Por essa razão foi necessário fragilizar esse estrutura. Assim, o ex-governador Pedro Ludovico – representante dos segmentos emergentes – passa a descrever, com riqueza de detalhes, as deficiências que a cidade de Goiás possuía, reforçando a necessidade de transferência da capital do Estado.

Uma necessidade representada por um discurso que escondia a intenção de redefinir as relações políticas e econômicas existentes no Estado de Goiás.

Em 1752, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, foi o autor da idéia de mudança da capital. Daí os legisladores da época tentaram por inúmeras vezes a transferência e não conseguiram. No ano de 1891, os Constituintes, políticos e lideranças lutaram para levar da cidade de Goiás a Sede do Governador. Varias campanhas foram com o objetivo de mudar o centro das decisões políticas para um outro local, a final a “Goiás Velha” não oferecia estrutura física e econômica para sediar a capital. Em 1932, o decreto de N. 2.737, de 20 de dezembro, nomeou uma comissão para definir o local a construção da nova capital Goiânia, satisfazendo as exigências do urbanismo e visando o progresso do Estado. No dia 23 de março de 1937, o interventor Pedro Ludovico Teixeira assinou o decreto de n. 1.816, transferindo definitivamente a capital da cidade de Goiás para Goiânia, com todos os Órgãos, instituições e funcionários. (Folder “A Transferência da Capital” 2003, apud Gomide, 2007, p. 71).

Durante varias décadas a cidade de Goiás foi considerada como “sem virtudes” por não mais apresentar as características para continuar sendo o lugar do desenvolvimento econômico do Estado. Mas como eram as relações estabelecidas entre os moradores dessa cidade? É o que veremos a seguir.

2.2 GOIÁS E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS

Segundo Santana (2007, p.19) “(...), quando Vila Boa tornou-se capital da capitania de Goiás em 1749, o espaço urbano, que hoje constitui o centro histórico, já tinha um traçado definido.” Isso se expressa por meio das construções de praças que contam com amplos espaços para a prática de várias atividades, como destaque, podemos citar a Praça do Chafariz, que era utilizada para a prática de esportes e, também, para as aulas de educação física dos alunos do Colégio Santana.



Foto 4: Cidade de Goiás, vista da Praça Largo do Chafariz.

Fonte: <http://www.vilaboadegoias.com.br> : acesso em 28/10/2009

Dessa forma, percebemos a relação entre o espaço urbano e a experiência societária experimentada pelo cidadão. Não podemos deixar de considerar que as relações entre as pessoas ocorrem no espaço por elas produzido. Temos uma produção coletiva do espaço que sustenta a reprodução das relações sociais.

Mas, a função das praças vilaboenses possui, desde sua origem, articulações variadas. Esses espaços se tornaram pontos centrais para a edificação de importantes construções representadoras das instituições mais expressivas de cada tempo. Sendo assim, os registros espaciais revelam a dimensão territorial dos conflitos estabelecidos no decorrer da história da cidade.

Como ponto fundamental devemos destacar que o poder eclesiástico abriu caminho para a definição de novos sentidos para esses espaços. A maioria das igrejas foram erguidas de maneira a compor um arranjo territorial que oferecesse uma disciplina mínima, tendo como referência a busca pelo outro e sua condução à Europa.

A Praça Dr. Tarso de Camargo – conhecida como praça do coreto – deve estar presente nesse texto. Ela tem sua origem ainda quando a cidade era arraial. Naquele momento funcionava como largo da capela, onde os primeiros exploradores e moradores construíram, em homenagem a Nossa Senhora de Santana, a edificação que hoje abriga a matriz Catedral de Santana. Sua localização goza de uma visão privilegiada do espaço, pois sua forma triangular da acesso a quase tudo que está a sua volta.

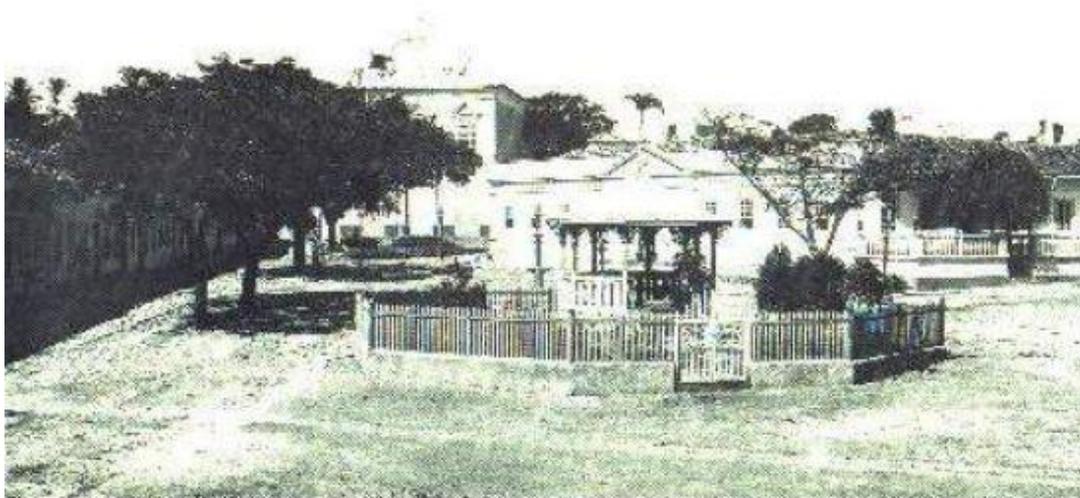


Foto 5: Cidade de Goiás. Praça da Liberdade com a construção do coreto (hoje conhecida como praça do coreto).

Fonte: [http:// www.vilaboadegoias.com.br](http://www.vilaboadegoias.com.br) acesso dia: 28/10/2009



Foto 6: Praça Dr. Tarso de Camargo, Cidade de Goiás (coreto construído em 1973 pelo prefeito Lincoln Caiado de Castro ainda continua com a forma original até hoje).

Fonte: <http://www.mochilero.tur.br> acesso em 18/10/2009.

A praça, que antes era um largo utilizado como depósito de lixo e liberada para a circulação de animais, passou a ser marcada por manifestações que se espalhavam pelo com o objetivo de promover um controle das doenças que existiam diante de tamanha falta de condições sanitárias. É importante perceber como a população se articula para conquistar espaços, mais ainda, como essa articulação e conquistas tem um forte apelo simbólico.

Na década de 1910, o coreto em estilo eclético, no centro da praça, possuía um cercado, que garantia a segregação social das pessoas que faziam uso desse espaço, onde negros e pobres não podiam usufruir do espaço quando havia festa. Mas o desenvolvimento cultural da cidade proporcionou, ao seu devido tempo, um novo sentido no uso do espaço para a prática de lazer; ou seja, o lugar do encontro, o lugar da conversa, em que sua paisagem arquitetônica muda de acordo com as mudanças no cotidiano da cidade. Contudo, ainda hoje existe uma divisão social dos grupos de jovens que fazem uso desse espaço, mesmo que veladamente esse fenômeno é percebido.

3 DENOMINAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E SENTIDO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.

As cidades são exemplos de um complexo espaço produzido a partir de afinidades que se relacionam aos processos econômicos, políticos e culturais, transformando o seu cotidiano em uma gama de fenômenos que se materializam na paisagem e no movimento manifestado em seu interior. Os espaços comuns da cidade foram produzidos ao longo do tempo tornando-se lugares de encontro, da vida social. Esses espaços chamados espaços públicos têm papel importante no movimento do tempo/espaço da vida na cidade.

O que, em nosso tempo, seja talvez o traço mais dramático é o papel que passaram a obter, na vida cotidiana, o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre provocou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder e constitui, juntamente com o medo um dado essencial de nosso modelo de vida. (SANTOS, 1994, p. 23)

Segundo Gomes (2006, p.160), “(...) a compreensão do espaço público é a concepção, muito difundida, de que ele é simplesmente definido pela qualidade de livre acesso.” Porém, muitos espaços que possuem essa definição não expressam a qualidade de local público, como é o caso de hospitais, escolas etc., e nem por isso, perdem essa aceção, colocando os espaços públicos como formas mais bem complexas do que um simples local aberto para o desenvolvimento de relações. Um entendimento mais profundo vincula a utilização desses espaços – que possui relação direta com a vida pública – com atividades “nascidas” de diálogos marcados pela busca de identidades individuais e coletivas.

Santos (2004, p.317) considera que “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”. O autor procura deixar claro a participação do homem nas transformações das relações manifestadas nos espaços. Desta forma, emerge um outro conceito importante que permite uma investigação das relações peculiares a cada realidade: trata-se do lugar.

Segundo Gomes (2006), o lugar está associado aos espaços públicos e as interlocuções neles estabelecidos:

Dessa forma, o espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos. Um dos maiores problemas da nossa sociedade foi o de haver transformado o *público* em passivos espectadores. (GOMES, 2006, p. 161)

Os espaços públicos são organizados por meio dos movimentos realizados pelos homens no decorrer da reprodução social de sua existência. Segundo Gomes (2006, p. 170) “A opinião pública foi instituída e desenvolvida como forma de sociabilidade nos salões mundanos, nos cafés, nos clubes e associações, como nas lojas maçônicas, nas tavernas, na reapropriação de conventos durante a Revolução Francesa, entre outros lugares.” Mas os lugares tidos como públicos em sua maioria se tornam um mecanismo de dissimulação para atividades que reduzem seu significado um mero local de espetáculos, o que coloca de lado sua intenção política.

Para tanto, os espaços públicos tem a necessidade de se tornar uma categoria espacial mais articulada, estabelecendo-se denotações que possam interagir espaço e cidadão, para que tal dinâmica possa, a partir de atributos imateriais e matérias que capacite o entendimento dos espaços públicos, juntar o espaço físico e o material.

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas. Essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. Por isso esse espaço é o *locus* da lei. (GOMES, 2006, p. 162)

A padronização dos comportamentos manifestados nos espaços públicos incrementa diferentes formas de impor afinidades sociais; ou seja, as indiferenças sociais que são submetidas às regras da civilidade.

Para Lévy (apud Gomes 2006, p. 162), o espaço público possui outra característica básica além da acessibilidade a *extimidade*:

O percurso no espaço público supõe uma suspensão do íntimo, que paradoxalmente é uma condição de existência (...) só o “anonimato”, isto é, a garantia de que o outro urbano não projetará sua intimidade sobre a nossa por uma injunção ao interconhecimento, permite à individualidade se desenvolver e se realizar.

A existência desses espaços se tornam representações urbanísticas das cidades. Eles são pontos de afirmação e reafirmação dos interesses individuais e coletivos da sociedade, que apesar de possuir uma padronização de seus comportamentos, busca de certa forma voltar-se para uma integração que favoreça as relações que se desenvolvem nesses espaços.

Gomes (2006, p. 168) afirma que “acreditamos, assim, firmemente que, no debate sobre a democracia, a geografia está apta a demonstrar que não pode haver cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos, e o espaço público não pode existir sem uma dimensão física.” Assim, sua vivência e cotidianidade se transformam em novas formas relacionais. O espaço público torna possível uma pacificação das atividades desenvolvidas nos diferentes lugares, possibilitando a diversificação de informações que compatibilizem as particularidades que zelam pelo bem comum entre as diferentes etnias que ocupam um mesmo lugar.

Cidade e civilização, duas palavras de raízes comuns, nas quais podemos ver projetos associados, mas que são construções históricas e por isso também estão sujeitas a alterações. As categorias podem permanecer, mas as formas que associamos a elas estão nesse momento em profunda transformação. (GOMES, 2006, p. 175)

A cidade proporciona uma vasta demanda de tipos e formas de articulações compostas a partir dos sentidos que os indivíduos dão aos lugares, bem como por meio das funções que venham a desempenhar. Os espaços públicos revelam essa face urbana, dando sentido aos novos usos dos espaços.

Gomes (2006) discute a perspectiva dos espaços públicos oriundos da modernidade. Ele determina claramente as novas atribuições destinadas a essa denominação, buscando identificar e interpretar a existência concreta e democrática dos espaços públicos, de suas funções implementadas pela utilização de uma racionalidade instrumental burguesa. Podemos notar nas formas diversificadas dos usos e funções dos espaços existentes hoje vários tipos de espaços públicos, como shoppings centers, ruas fechadas etc.

3.1 GOIÁS E AS DEFINIÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.

A cidade de Goiás está vinculada a discursos voltados para o turismo. Discursos que apresentam em seu interior diferentes considerações que levam a identificação de várias formas de viver e presenciar a cidade.

Segundo Gomide (2007, p. 74):

Na construção de múltiplas imagens sobre a cidade é difícil, senão impossível, caracterizar de uma só forma o espaço urbano; nele existem “múltiplas cidades”, ocultas pela imagem hegemônica da cidade histórica; essa cidade aberta ao turismo, abundantemente alimentada pelos *folders* e eventos locais, privilegiando determinados locais e monumentos.

Para analisar a consistência das imagens criadas a partir da cidade de Goiás aplicamos um questionário elaborado para avaliar a percepção da cidade por seus moradores. Aplicamos o questionário no centro histórico e no bairro periférico João Francisco – este tido como o lugar onde a concentração comercial é maior – para podermos contrapor as diferentes visões da cidade de acordo com o local de residência do Vilaboense.

O primeiro gráfico representa o significado dos espaços públicos para os moradores do centro da cidade. A partir dos gráficos a baixo verificamos que a maioria da população entende que os espaços públicos têm uma função atrelada a atividades de lazer.

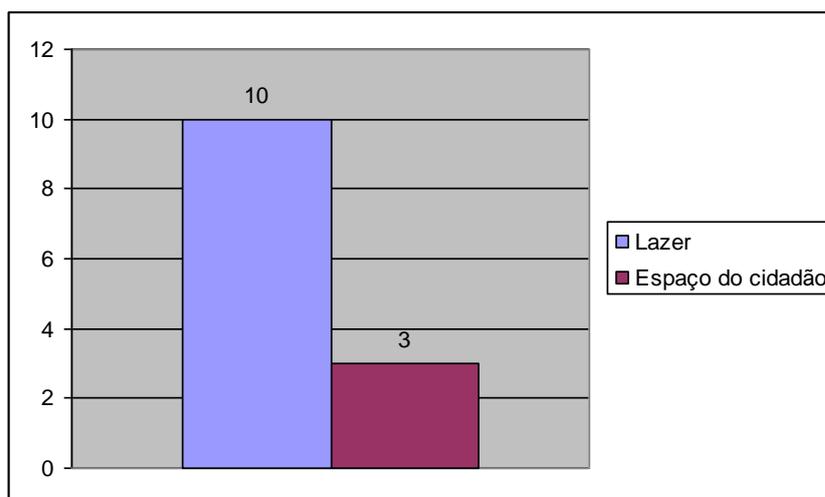


Gráfico 1: Significado dos espaços públicos para os moradores do centro da cidade de Goiás -2009.

Fonte: Entrevista a campo no centro histórico da cidade de Goiás. 06/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. - 2009.

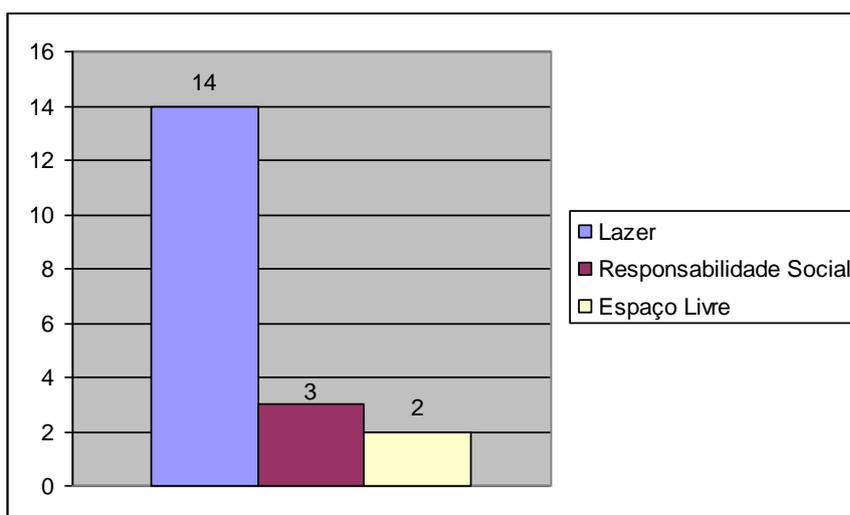


Gráfico 2: Significado dos espaços públicos para os moradores do bairro João Francisco da cidade de Goiás - 2009.

Fonte: Entrevista a campo no centro histórico da cidade de Goiás. 07/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. - 2009.

A opinião dos moradores apresenta interpretações diferentes na forma de identificar os espaços públicos, para os moradores do bairro João Francisco esses espaços

possuem outras definições, não se restringindo as duas citadas pelos moradores do centro histórico. Para os entrevistados desse centro comercial da cidade de Goiás os espaços públicos devem ser encarados como um espaço para o desempenho de atividades que envolvam os cidadãos.

Para Gomes (2006), quando a população defini um espaço de lazer fica claro que a existência de um discurso formalizado pelas “leis da boa vizinhança”. Isso é implantado na mente das pessoas, o que torna a interpretação já definida e muito bem elaborada.

Infelizmente, nos últimos anos, habituamo-nos a compreender a expressão “espaço público” em um sentido sempre bastante amplo, como o de uma esfera pública. Trata-se, pois, de uma denominação que procura abranger tudo o que se refere à vida pública, sob todos os seus aspectos. Nesta acepção, a palavra “espaço” significa figurativamente, antes de tudo, a extensão ocupada por uma certa característica ou propriedade, neste caso específico, daquilo que é relativo e comum ao povo ou à coletividade, considerado em um certo espaço-tempo. (GOMES, 2006, p. 171)

Gomide (2007) afirma que apesar da participação da população estar vinculada a um modo de viver, a cidade é marcada pela identidade política local, que por séculos impôs uma supremacia forjada, o que não impede que os moradores busquem novas formas de uso e de estabelecer no dia-a-dia da cidade maneiras diferentes de justificar sua relação com os espaços públicos da cidade, que apesar de se concentrarem no centro histórico dá um novo significado em seu cotidiano.

Por outro lado, em diálogo com alguns moradores da cidade, cujos territórios se constituem de maneira deslocada do chamado centro histórico da cidade, vejo uma distancia em relação à cidade turística, ainda que muitos se apropriem da memória hegemônica. Esses moradores, carregados de experiências outras, de necessidades diversas, movimentam-se ao mapa turístico, ou para além dele, forjando outros circuitos segundo suas necessidades e atribuindo outros sentidos. (GOMIDE, 2007, p. 75)

Possuindo a imagem de uma cidade tipicamente histórica é visível, em Goiás, a presença de uma dicotomia entre o centro histórico e o bairro João Francisco como centro comercial. Mesmo com a concentração do comércio no bairro João Francisco o centro da cidade ainda é mais utilizado pela população em geral, mesmo apresentando características sócio-espaciais diferentes. Tal fato é confirmado pelos gráficos que seguem:

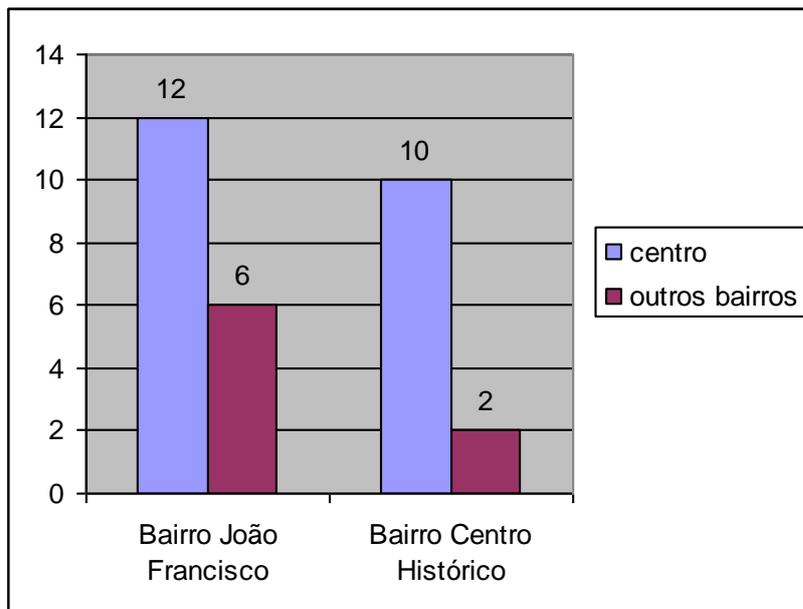


Gráfico 3: Espaços públicos usados pelos moradores dos bairros João Francisco e centro histórico da cidade de Goiás - 2009.

Fonte: Entrevista a campo no centro histórico da cidade de Goiás. 06/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. - 2009.

Aqui é possível identificar a diferença das opiniões sobre os usos dos espaços públicos, comprovando que mesmo com o desenvolvimento comercial do bairro João Francisco os espaços do centro histórico da cidade ainda são representativos para a população circundante.

A concentração da população no centro da cidade mostra características do espaço geográfico que é também concreto, material e substantivo. Segundo Santos (1996, apud Gomes, 2006, p. 171) “o espaço é uma forma-conteúdo, o conjunto dos sistemas de formas e ações”. Por isso, não devemos confundir a esfera de ações públicas com um processo de valorização em que o espaço se torna universalmente percebido. Assim os moradores interpretam e dão significado aos espaços públicos da cidade de Goiás.

Os espaços públicos são identificados por sua forma e estrutura arquitetônica e são associados a características de uso muito limitadas, visto que sua interpretação se fundamenta a partir da produção de algo que se aproxima – para mais ou para menos – da idéia de cidadania. Ela é uma espécie de pacto social que cria um sentimento de pertencimento de um grupo com um território. Por meio da cidadania compõem-se um pacto que pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo.

Para Gomes (2006, p. 172) “(...) o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se

desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais.”

Ao descrever tais aspectos podemos avaliar as impressões que os moradores dos bairros da cidade de Goiás têm dos espaços públicos mais expressivos da cidade. Tais impressões foram colhidas pelo questionário aplicado e indicaram que para 85% dos moradores do bairro João Francisco os “espaços públicos” são realmente públicos. 73% dos moradores do centro histórico têm a mesma opinião.

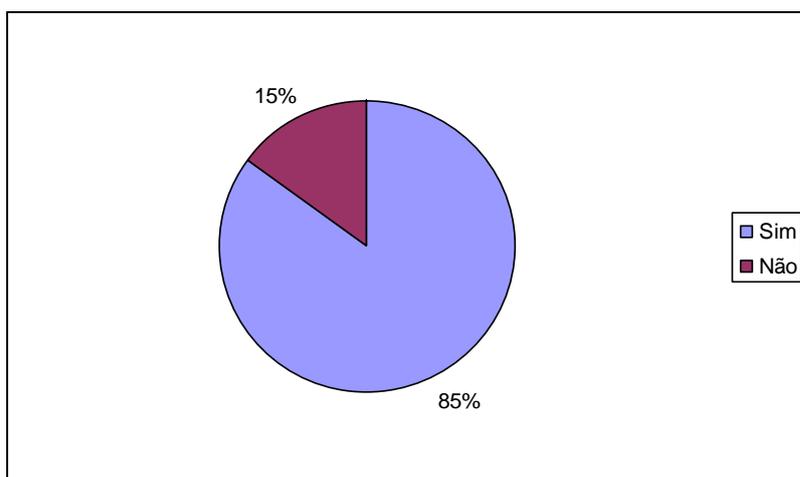


Gráfico 4: Bairro João Francisco: os espaços públicos são realmente públicos - 2009.

Fonte: Entrevista a campo no centro histórico da cidade de Goiás. 07/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. 2009.

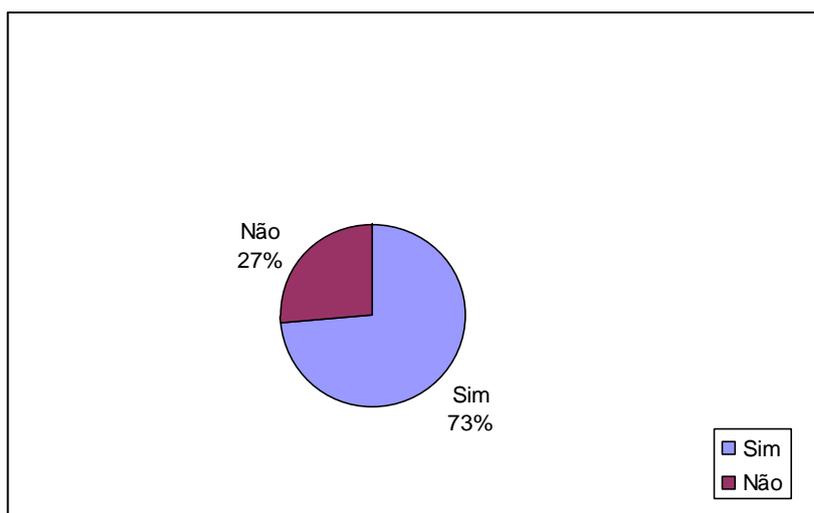


Gráfico 5: Centro histórico: os espaços públicos são realmente públicos – 2009.

Fonte: Entrevista a campo no centro histórico da cidade de Goiás. 06/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. - 2009.

Quando os moradores da cidade concordam com o caráter não público dos “espaços públicos” da cidade demonstram outra característica importante sobre o processo

que fundamenta essa categoria de análise: apesar de ter identificado-os como um espaço de lazer, percebem que sua principal característica se relaciona com o livre acesso do cidadão.

Assim, quando tratamos da relação da cidadania com o espaço público – como um lugar aberto e sem grades – notamos que para o cidadão esse espaço deve oferecer um sentimento de liberdade que vá além dos limites que regem as relações hierarquizadas da sociedade territorializada.

As características apresentadas podem demonstrar e justificar esses os atributos que tornam os espaços públicos perante os olhos dos moradores da cidade. Abaixo relacionamos as diferentes percepções dos atributos que dão ao espaço uma característica de público nos diferentes lugares pesquisados.

Características	Quantidade de pessoas
A gratuidade	02
Livre acesso do cidadão	10
Ser aberto	08

Quadro 1: Características dadas pelos moradores do bairro João Francisco aos espaços públicos – 2009.

Fonte: Entrevista a campo no bairro João Francisco – Goiás – 07/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. 2009.

Características	Quantidade de pessoas
A gratuidade	01
Livre acesso do cidadão	10
Ser aberto	05

Quadro 2: Características dadas pelos moradores do centro histórico aos espaços públicos – 2009.

Fonte: Entrevista a campo no bairro centro histórico – Goiás – 06/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. 2009.

Verificando os quadros notamos que a variação da percepção dos moradores, de modo geral, são justificadas mais pelo livre acesso do que por uma manifestação política. Um elemento representativo é a “privatização” desses espaços durante eventos realizados por agências de governo. Esses eventos não consideram a realidade da população da cidade e, ainda, promovem um sentimento de estranhamento do morador. Assim, esses espaços são apropriados para a reprodução de uma imagem de cidade turística que não corresponde com a realidade experimentada no cotidiano de alguns moradores.

3.2 CIDADE DE GOIÁS E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS DENOMINADOS POR SUA POPULAÇÃO.

A cidade de Goiás é associada a atividades econômicas relacionadas com o turismo. De fato, o sítio urbano possui elementos que compõem um acervo classificado como potencialmente atrativo.

Temos, então, a necessidade de estabelecer integração do discurso com as práticas sócio-espaciais para romper com as barreiras que promovem um descontentamento da maior parte da população com relação a imagens desconectadas com a sua realidade.

Isso é bem representado pelas distâncias simbólicas que separam lugares próximos como o bairro João Francisco e o centro histórico. É necessário a elaboração de parâmetros que sinalizam a reprodução da vida coletiva para revolucionar as práticas sociais que neles se manifestam. Notemos que os espaços públicos da cidade, na opinião dos moradores do bairro João Francisco, que demonstram que os espaços públicos não atendem as necessidades da população que reside no bairro; mesmo esses fazendo uso desses espaços com frequência.

Eles atendem a necessidade da população		Os espaços públicos são utilizados	
Sim	07	Sim	12
Não	08	Não	03

Quadro 3: Espaços Públicos – atendem as necessidades da população e utilização – sobre a perspectiva dos moradores do centro histórico da cidade de Goiás - 2009.

Fonte: Entrevista a Campo como os moradores do centro histórico da cidade de Goiás. 06/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. 2009.

Eles atendem a necessidade da população		Os espaços públicos são utilizados	
Sim	06	Sim	17
Não	14	Não	03

Quadro 4: Espaços Públicos – atendem as necessidades da população e utilização – uma perspectiva dos moradores do bairro João Francisco - 2009.

Fonte: Entrevista a Campo como os moradores do bairro João Francisco da cidade de Goiás. 07/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. 2009.

A classificação dos espaços da cidade feita pelos moradores revela certa urgência na implementação de medidas que alterem o quadro de insatisfação dos moradores. Devemos frisar que uma das máximas do turismo é: “uma cidade boa para o turista é a cidade que é boa para seu morador”. Sendo assim, a conquista efetiva de características turísticas que vão para além dos discursos deve ser pautada no atendimento das necessidades apontadas pelos moradores.

Ao verificar a realidade do estado físico, muitas pessoas ao serem entrevistados se queixaram da falta de zelo, estrutura e organização e esses são motivos que justificam a forte utilização dos espaços públicos do centro, que se caracterizam por elementos que dão segurança para vivenciar esses espaços.

Quais seriam os principais problemas apresentados pela população que reside na cidade:

Principais problemas	Quantidade de opiniões
Organização	06
Segurança	07
Infra-estrutura	09
Limpeza	06

Quadro 5: Os principais problemas dos espaços públicos – na visão dos moradores do bairro João Francisco - 2009.

Fonte: Entrevista a Campo como os moradores do bairro João Francisco da cidade de Goiás. 07/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. 2009.

Principais problemas	Quantidade de opiniões
Uso para fins privativos	02
Segurança	04
Infra-estrutura	08
Limpeza	01

Quadro 6: Os principais problemas dos espaços públicos – na visão dos moradores do centro histórico da cidade de Goiás - 2009.

Fonte: Entrevista a Campo como os moradores do centro histórico da cidade de Goiás. 06/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. 2009.

Os moradores indicam o imperativo de um processo de ressignificação dos espaços públicos, tornando-os lugar de referência para o desenvolvimento de atividades praticadas com a família, em grupo, etc., mesmo com tais problemas o cotidiano da vida desses espaços continua.

As distribuições dos espaços públicos pela cidade não são bem avaliados pelos moradores. Mesmo assim os moradores entrevistados fazem uso dos espaços que se localizam no centro da cidade, justificando a idéia de que o centro é mais vivo e tem mais movimento.

Ao examinar as opiniões dos moradores do centro e do bairro João Francisco, podemos apontar os espaços mais utilizados por eles. Como veremos, todos estão situados no centro histórico da cidade. Vejamos:

Espaços públicos utilizados	Quantidade de pessoas que utilizam esses espaços
Praças	10
O Largo do Chafariz	01
Espaço Dr. Boadir Veloso	06

Quadro 7: Os espaços públicos mais utilizados pelos moradores do bairro João Francisco - 2009.

Fonte: Entrevista a Campo como os moradores do bairro João Francisco da cidade de Goiás. 07/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. 2009.

Espaços públicos utilizados	Quantidade de pessoas que utilizam esses espaços
Praças	06
O Largo do Chafariz	01
Espaço Dr. Boadir Veloso	06

Quadro 8: Os espaços públicos mais utilizados pelos moradores do centro histórico da cidade de Goiás - 2009.

Fonte: Entrevista a Campo como os moradores do centro histórico da cidade de Goiás. 06/10/2009.

Org.: SILVA, G. D. da. 2009.

Ainda existe aquela idéia de que o centro possui mais recursos, segurança, etc., deixando que o centro histórico da cidade de Goiás centralize todas as manifestações coletivas e individuais. Os outros bairros da cidade são tidos como pontos secundários para a prática de qualquer atividade que envolva uma população que se dedica a fazer parte do uso desses espaços públicos.

Enfim, a vida na cidade está em constante transformação e o movimento de suas ações não deixa de existir, criando novas relações entre os indivíduos. Temos, então, potencialmente, a possibilidade de alterações nos processos reprodutores urbanísticos da cidade de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido para investigar a percepção dos usos e definições sobre alguns espaços públicos da cidade de Goiás. Relacionamos uma série de atividades que levaram a construção do processo de entendimento que fundamentaram as características desses espaços públicos.

A pesquisa avaliou as definições e as relações que os moradores dos bairros João Francisco e do centro histórico da cidade de Goiás fazem ao presenciar os espaços públicos, como meio de vivenciar o cotidiano da cidade. A manifestação das opiniões procura esclarecer como a população tem buscado ao fazer parte sociedade vilaboense.

O espaço público é o lugar do viver e pensar político, social, cultural, que possibilita a junção de todos esses fatos, estabelecendo uma rede de atribuições que o denominam de várias maneiras, que não o deixa sujeito a uma única definição. Sua constituição se torna bem mais complexa, pois envolve o desenvolvimento coletivo e individual que se fragmenta em todo seu espaço físico.

A cidade de Goiás é considerada uma cidade turística. Isso exige a presença abrange todo um sistema. Mas devemos lembrar que as cidades são produtos complexos que expressam os anseios e as vontades do homem que nela encontra morada. Suas transformações proporcionam a grande diversificação das atividades desenvolvidas em seu território. O que dá ao cidadão uma série de novas formas de definir os espaços, pois as transformações na paisagem proporcionam uma rápida adaptação às relações que ficaram a cargo das novas visões espaciais que a sociedade cria para se desenvolver em meio a tantas formas de viver o espaço público.

Nesse contexto, os moradores dos bairros João Francisco e Centro histórico da cidade de Goiás possuem uma visão superficial dos espaços públicos da cidade, pois atribuem características relacionadas às formas de uso, como para o lazer, o que dá aos espaços públicos uma dinâmica também superficial da movimentação que esses espaços proporcionam em sua prática social.

Finalizando, o desafio da pesquisa representou a oportunidade de conhecer a opinião da população vilaboense em caracterizar, identificar e interpretar os espaços públicos da cidade de Goiás, o que possibilitou constatar a grande influência que o centro histórico exerce nos moradores que circundam a cidade, cabe então ressaltar que os espaços públicos da cidade se concentram no centro e que seu uso esta ligado a um controle de ordem política e social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo Jerônimo Rodrigues. **A Produção de um novo lugar na Região Metropolitana de Goiânia: O Conjunto Habitacional Valeria Perillo em Senador Canedo, GO.** 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA, Universidade Federal de Goiás, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **A Cidade.** 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e Práticas de ensino.** Goiânia: Alternativa, 2005.

Dossiê da Cidade de Goiás. **As Origens da cidade.** 1999.

GODINHO, Edna Maria Silva Oliveira. **Cidade de Goiás - Desenvolvimento e Degradação Humana/Ambiental: da Apropriação da Natureza à Construção de Territórios.** 2007.

Disponível em: <http://www.webartigos.com/authours>, acesso em: 14/09/2009.

GOMIDE, Cristina Helou. **A Antiga Vila Boa de Goiás: Experiências e Memórias na/da Cidade Patrimônio.** 192 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4492 acesso em: 28/10/2009.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEVEBVRE, Henry. **O Direito a cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Fabrício Silva; MARCELO, Valter Luís dos Santos. **O Surgimento dos Subcentros Urbanos da Cidade de Guanambi.** Disponível em: <http://www.portaldogeografo.hpg.ig.com.br/artigos/urbana.htm> , acesso em: 20/10/2009.

MELLO, Marcelo de. **Visões de Mundo, produção do conhecimento e o processo de integração-formação do território no entorno de Brasília.** Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA, Universidade Federal de Goiás, 2009. CD-ROM.

PALCÍN, Luis G; MORAES, Maria Augusta de S. **História de Goiás (1722-1972).** 7 ed. Goiânia: Vieira, 2008.

PALACÍN, Luis G. **Goiás 1722 – 1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas.** 2 ed. Goiânia: Oriente, 1976.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica – tempo/razão - emoção**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTANA, Cledison Benedito de. **O lazer na Cidade de Goiás: Centro e Periferia – 2007**. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Cora Coralina. Goiás-GO, 2007.

SILVA, Antonio Aparecido Morreira da. **O Espaço Urbano da cidade de Goiás: uma análise sobre a perspectiva ambiental – 2008**. 94 f. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Cora Coralina. Goiás-GO, 2008.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação da teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1993.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **Cidade: Lugar e Geografia da Existência**. Salvador: 1997. 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevista com os moradores dos bairros João Francisco e Centro Histórico da cidade de Goiás.

QUESTIONÁRIO

Entrevista: percepções sobre o espaço público.

Data: __/__/__ Número da Entrevista: _____

I- Identificação e caracterização sócio-econômica.

1 Idade: _____ 2 Sexo: () masculino () feminino.

3 Local de nascimento: _____

4 Atividade profissional: () serviço público () autônomo () sem ocupação
() Comércio () doméstico Outros: _____

5 Escolaridade: () 1º Grau incompleto () 1º Grau completo () 2º Grau Incompleto ()
2º Grau completo () superior incompleto () superior completo

6 Há quanto tempo reside na cidade: _____

7 Morou em outras cidades: () não () sim Quais: _____

II. Sobre os espaços públicos.

8 Para você os espaços públicos da cidade atendem as necessidades da população?
() sim () não

9 Você utiliza os espaços públicos da cidade? () sim () não

10 Se sim qual o principal espaço público que mais utiliza
() Praça () Largo do Chafariz () Dr. Boadir Veloso ()
outros _____

11 Com qual frequência você vai a este lugar? () Diariamente () Semanalmente ()
Mensalmente () Mais de dois meses

12 Você faz uso com maior frequência dos espaços públicos do centro ou de outros bairros da cidade? _____

13 Os espaços públicos são realmente públicos? () sim () não

14 Qual a principal característica de um espaço público?
() A gratuidade () Livre acesso do cidadão () Ser aberto

III. Sobre a cidade

15 Quais as 03 coisas que mais gosta em Goiás: _____,
_____ e _____.

16 Quais são os principais problemas dos espaços públicos da cidade:
_____, _____ e _____.

17 Qual o significado dos espaços públicos para você: _____

18 Como você classificaria os espaços públicos da cidade: _____

19 Você pretende sair de Goiás: () não () sim Por que: _____

20 Para onde se mudaria: () Goiânia () Itaberaí () outro Estado () outro país Por que:

21 O que impede sua mudança:

- () restrições financeiras.
- () preferência familiar.
- () proximidade com o local de trabalho.
- () oferta de trabalho.
- () acesso a comércio e serviços.

Outros: _____